

CÔA VISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 6 - ANO DE 2004

EDIÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔA VISAÔ

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 6 · ANO DE 2004

TRABALHO COORDENADO POR

ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

O «Rio Côa, junto à foz, preguiçoso e adormecido, alheio às polémicas que se passavam na parte de cima...»

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. — V. N. de Foz Côa
Depósito legal n.º 121116/98
ISBN 972-8763-10-7

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ ~~CÔA~~
2004

A Construção do Convento de S. Francisco no Contexto da Evolução Urbanística da vila de Torre de Moncorvo ¹

CARLOS D'ABREU ²

In memoriam Margarida de Souza Pinto & Laura de Jesus Miranda ³

INTRODUÇÃO

Pode considerar-se este artigo dividido em duas partes, procurando-se nele dar uma breve visão da evolução urbana da Vila de Torre de Moncorvo (por um lado) a partir do Renascimento e até ao período Barroco, período durante o qual ocorre a construção e consequente percurso arquitectónico do Convento de S. Francisco (por outro), até cerca de 1760.

Relativamente à segunda parte e considerando os temas das actuais Jornadas -comunicação, saúde e religião-, permitimo-nos seguir o destino dos edifícios do Convento, não só até à extinção das Ordens Religiosas e nacionalização dos seus bens, mas também as várias tentativas de reutilização, arrematações, privatização, alteração de funções, etc, chegando mesmo até épocas mais recentes, tudo isto naturalmente através de breves pinceladas.

Ainda ao nível do Cenóbio destaque-se a novidade agora e aqui pela primeira vez apresentada -se bem que ainda com alguns aspectos nebulosos-, de que um par de dezenas de anos antes da vitória do regime liberal, já os edifícios eram alvo de outros destinos, como aquartelar o Batalhão de Caçadores N.º 3 através de um projecto arquitectónico de adaptação.

Constituirá esta uma primeira abordagem ao tema desta Ordem minorítica em Torre de Moncorvo, estando já neste momento o assunto a ser trabalhado a partir de outro tipo de documentação, inédita e pormenorizada, e como tal muito importante também e necessariamente para a História do Concelho, da Região e do País, pois esta Casa foi um polo de irradiação espiritual e cultural, num universo de mais de 170 conventos e hospícios (em 1834) repartidos por oito Províncias Franciscanas (excluindo as Ilhas Adjacentes) com uma média de 22 casas cada uma, resultantes de uma dinâmica que decorre de 1233 até 1705 (ARAÚJO ET ALLI 1985, 23).

1. A EXPANSÃO URBANA DA RENASCENÇA

Quando os franciscanos pensaram instalar uma sua Casa na Vila de Torre de Moncorvo, por finais do terceiro quartel do século XVII, operava-se então nesta Vila uma evolução urbanística sem paralelo, à qual não será alheia a escolha da localidade, por parte dos religiosos.

Iniciado o Século XVI, época renovada, tempo de expansões, período em que o “manuelino” leva o gótico aos últimos sopros e que, em simbiose com as inovações nascidas no Século XV, dá lugar aos valores renascentistas que dominarão a segunda parte da centúria, os órgãos concelhios assumiram o arrabalde, ou seja, o povoado que nascera fora dos muros da cerca, como uma extensão natural da Vila,

¹ Foi este artigo agora revisto e ampliado, apresentado nas suas linhas gerais como comunicação às VI Jornadas Culturais de Balsamão (11-13/09/2003).

² Técnico Superior Principal do Ministério da Educação [carlosdabreu@oninet.pt].

³ Nossas avós maçoranas, habituadas a reflectir sobre o antigo Convento pela obrigatoriedade de lhe passarem à porta nas suas deslocações à Vila.

talvez para evitar que essa nova povoação se autonomizasse, como sucedeu em vários outros locais do País (ABREU 1999).

A conjuntura económica de alta, o crescimento populacional, a riqueza agrícola da Vilariça, o massame produzido a partir do cânhamo para apresto das armadas, tudo junto consolida a expansão urbanística para Sul e inicia-a talvez para Poente.

Começa a erguer-se o mais majestoso edifício que alguma vez a Região conheceu e ainda hoje sem paralelo, a nova igreja matriz que substituiu a pequena e vetusta românica de Santiago (mais tarde de Santo Cristo), integrada numa *“linhagem de igrejas-salão derivadas dos modelos manuelinos”*, onde se inclui também a nova Sé de Miranda do Douro. (MARKL ET ALLI 1986, 48; ABREU 1999a).

A construção desta igreja colabora em muito no desenvolvimento do arrabalde, acabando mesmo por se constituir como um polo dinamizador do urbanismo a partir da Renascença, uma vez que a zona entre a nova igreja e o largo fronteiro ao Castelo, que até já possuía dois edifícios públicos importantes -a Casa da Câmara e o Hospital Real-, passa a ser alvo de maior atenção, numa altura em que a imprensa trouxera até nós as teorias e os desenhos dos arquitectos italianos, para quem a cidade devia ser um espaço organizado segundo a disciplina geométrica. A partir dos dois recintos formados entre a muralha do castelo e a nova igreja, entendidos doravante como duas praças no sentido urbanístico do termo, são traçadas várias vias, porque no Renascimento *“os elementos principais da estrutura urbana serão os traçados e as praças”* (LAMAS 1993, 174).

Três vias rectilíneas partem do largo que primeiro é entendido como uma praça, isto é, não o simples vazio para lá das torres do castelo, mas um recinto especial na estrutura urbana, pois num dos seus lados se construiu durante o período manuelino a Casa da Câmara (ABREU 2001):

- ao centro a rua do Cano [posteriormente conhecida por Santo António, Central, Almeida Garrett e actualmente Visconde de Vila Maior], a artéria do meio, ligando ao Convento de S. Francisco (fundado em 1569) e daqui às aldeias de trás da Serra; este topónimo *“do Cano”* advém do facto de ser toda ela percorrida, de alto a baixo, por um aqueduto que do Reboredo alimentava o chafariz (AHMTM 1657); a rua passava pelo Hospital Real;

- à direita a rua das Flores, nome que ainda mantém, com acesso directo ao “rossio” da nova matriz, seguindo a antiga ligação entre o primitivo aglomerado e a cerca, talvez pela actual rua de Santiago, percurso já pertença de três séculos do *“modus vivendi”* moncorvense.

- à esquerda a rua dos Mercadores [actual Constantino Rei dos Floristas e anteriormente rua Central], nome comum a boa parte dos burgos desta época, ligando à rua da Fonte do Concelho [actual Vasco da Gama]. Por aqui acedia ao centro urbano o tráfego proveniente do Larinho, Felgar e Carviçais, bem como o da vila de Mós, Freixo de Espada à Cinta e Miranda.

Três vias cruzadas por uma outra que partia da porta da igreja [actual rua Manuel Seixas], formando e delimitando dois novos quarteirões. Este traçado tem, no nosso entender, algo dos tratadistas León Baptista Alberti e Sebastiano Serlio, pois segue o esquema do tridente ensaiado na Roma de Sisto V por Nolli, a partir da *“Porta del Popolo”* (CHUECA 1992, 109-110).

Desta praça saíam ainda duas outras artérias que, paralelas à muralha, ligavam as suas várias portas. Uma, a rua dos Sapateiros -pois era próprio da tendência medieval ordenar os vários mesteres em ruas determinadas-, ligava as portas Sul e da Senhora dos Remédios e daqui dava acesso ao vale da Vilariça, continuando para Norte, e a outra, a rua das Barreiras, ligava por sua vez as portas Sul e de S. Bartolomeu (Poente) e estas com a Corredoura, seguindo para a zona da Vilariça mais próxima da foz do rio Sabor, através da estrada dos Chibos (ABREU 2000a).

A outra praça, conhecida por “rossio”, foi entretanto muito diminuída em superfície, porque ocupada pela enorme volumetria da igreja que dispunha ainda, como era norma, de uma área adjacente, igualmente sagrada –o adro. O adro ter-se-á mantido aberto, isto é, sem qualquer cerca a delimitá-lo, numa primeira fase, talvez mesmo durante uma boa parte do Século XVII, a avaliar pela existência de dois marcos com a inscrição “ADRO” existentes no exterior da actual delimitação murada, bem como a existência de sepulturas no largo Dr. Balbino Rego, reveladas por obras aí recentemente realizadas por parte da Câmara Municipal (1997). Estes marcos localizam-se na esquina do largo General Claudino com a rua do Hospital (lado Norte) e na esquina da avenida Duarte Pacheco (lado Sul).

Foi o mesmo adro encurtado depois de se proceder à construção de um muro à volta da igreja, muro esse que, no caso do lado virado a Norte, se tornava imprescindível para colmatar o declive do terreno e criar um lajeado nivelado. Julgamos que estas obras foram precedidas pela demolição de várias casas existentes no actual largo General Claudino, algumas delas propriedade do mercador Luís de Madureira, por decisão da Câmara Municipal em 1644 (ANDRADE 1991, 279), como forma não só de manter o velho rossio, agora em grande parte ocupado pelo enorme edifício da igreja, mas também para desafrontar a área envolvente do templo. Foram estas demolições recentemente confirmadas, durante os trabalhos de abertura de um buraco para implantar um pequeno lago, de gosto duvidoso, no âmbito de um projecto da Autarquia para arranjo do largo General Claudino em 1997 (ABREU 1999a).

Para Poente novo arrabalde se ia formando, este por lavradores, designado por Corredoura, zona plana e a caminho do Vale, a que a Feitoria do Linho Cãhamo ajudou a dar forma; foi este terreiro adequado à realização dos torneios equestres e onde nos inícios de Seiscentos se construiu a capela dedicada ao santo homónimo do rei “Desejado”. Várias vias começavam a ligar este novo arrabalde e os moradores de cima. Uma a partir da porta de S. Bartolomeu e rua das Barreiras –a dos Palheiros–, outra entre esta porta e a Praça -a travessa da Fonte-, e ainda pela travessa das Amoreiras e rua das Amoreiras. A rua das Amoreiras que actualmente entronca na rua do Cabaço, terminava na travessa com o mesmo nome, até inícios dos anos setenta do Século XX, pois as cortinhas (quintais) da Casa do Montenegro e da Casa do Arco confinavam entre si.

Partiam da Praça em direcção ao Prado a referida rua das Barreiras (pelo Poente) e a rua dos Sapateiros -com continuação pela rua da Boavista (lado Nascente)- que cercavam a muralha medieval. Nesta última se terá instalado pelo Século XVII o matadouro municipal que aí funcionou até Oitocentos e que depois foi transferido para NNO da muralha, conhecido por Matadouro Velho. O matadouro municipal abastecia, cerca de meados do Século XVII, dois açougues, um localizado no rossio e outro na Praça (AHMTM 1644; ABREU 1998).

2. “O TRIUNFO DO BARROCO”

A vila de Torre de Moncorvo durante o Século XVII continua a expandir o perímetro urbano e a crescer em número de edifícios.

Em 07.03.1655 é doada “*para todo o sempre hua cortinha que esta no prado limite desta villa (...) rendia todos os annos mais de seis centos reis livres*” por Diogo de Meireles Lobão e sua mulher Ana de Azevedo, para a fábrica da capela da cadeia (ADB 1655) que, recorde-se, funcionaria nos baixos da Casa da Câmara, à Praça.

Numa ponta do arrabalde, à saída para o Larinho, começava a construir-se um edifício para servir de Recolhimento a mulheres religiosas, dedicado a Santo António do Sacramento em 1665, por doação testamentária de uma virtuosa senhora.

Para as mesmas bandas do nascente, “*alem da fonte do Concelho*”, situava-se a ermida e capela de S. Nicolau com seu terreiro, junto da qual Francisco de Moraes de Mesquita e sua mulher Maria de Castro Osório possuíam um prédio com pomar, hortas e fonte “*que rende seis mil reis cada hum anno*” e que em 1680, através de escritura, doam para a fábrica da mencionada capela “*por Devoção que tem ao glorioso São Niculau*” (ADB 1680). Estamos em crer, por não localizarmos hoje tal capela e tendo em conta o sítio onde se implantava e a sua similitude com o Recolhimento, que talvez tenha ela vindo a integrar-se neste edifício por um seu eventual alargamento. É que, posteriormente, o Cenóbio feminino surge-nos com a invocação de S. Nicolau.

Lá pelos finais do primeiro quartel desta Centúria, estava a nova igreja matriz capaz, apesar de as obras continuarem, e constituía já o orgulho da Comarca por ser templo com a envergadura própria de uma Vila centro do poder regional e que podia agora vislumbrar no horizonte a possibilidade de transformar o seu vicariato em diocese, caso lhe tivessem atendido tal pretensão, o que não aconteceu como se sabe (ABREU 1999a).

O subúrbio da Corredoura animava-se com a indústria das cordas e aí vivia um núcleo de gente constituído sobretudo por lavradores, que se individualizava em relação aos moradores de cima, da Vila,

se bem que agora o termo vila signifique o conjunto da cerca e “arrabalde” fronteiro ao castelo. Tinham a sua festa e capela dedicada a S. Sebastião, que em 1681 necessitara de obras; abastecer-se-iam de água na Fonte do Carvalho que em 1691 fora igualmente objecto de obras para melhor aproveitamento da nascente (ANDRADE 1991, 301). Um pouco mais para baixo, ainda nesse subúrbio, no caminho para a Vilariça e porto do Douro, fora em 1649 edificada a capela de S. Paulo.

Ao findar Seiscentos, a cinta medieval, símbolo de prestígio, segurança e protecção de outros tempos e que a partir do Século XV inclusive passou a ser um estorvo à expansão urbanística, constituía agora um paredão de grande utilidade para arrimado a ele se construir pelo exterior, servindo, como já pudemos “*in loco*” verificar, para assentar parte do andar superior das habitações e nele o compartimento da cozinha cujo piso necessita de um lajeado para a lareira.

Em 1693 foi autorizado o ferrador Francisco Monteiro a montar tronco “*acima da barbacã, por baixo da porta falsa do castelo*” (a poterna que se conhece do castelo?) entre esta e a casa do licenciado Manuel Correia da Lapa, por baixo da parede da “*torre do relógio, na rua do concelho*” (rua das Barreiras?); estamos em crer que este tronco de ferrar é o mesmo que em 1691 fora autorizado Manuel Dias a montar sob condição de não prejudicar a parede do castelo, tronco que terá subsistido até ao Século XX (ANDRADE 1991, 255/265).

Esta zona urbana, que se foi estruturando a partir do arrabalde numa primeira fase e da praça numa segunda, foi sendo preenchida por diversos imóveis durante o século XVIII, como algumas das casas em torno da praça, assim como alguns solares, o chafariz de Santo António, a construção da capela do Sagrado Coração de Jesus adstrita à Casa do Cacau (ADB 1755), para além de remodelações na Casa da Câmara e Cadeia, Pelourinho, Hospital Real, etc. (ABREU 2001).

Os melhoramentos com a viação urbana iniciam-se durante o último quartel do Século XVII, construindo-se “*passadiços*” (tipo poldras) para evitar as lamas, nas antigas ruas do Chapaceiro em 1681 (ANDRADE 1991a, 37) e Detrás em 1704 (AHMTM 1704), bem como o calcetamento de várias outras, nomeadamente a antiga rua do Cano e rua das Flores, ambas durante a última década do século XVIII (ANDRADE 1991a, 42; ABREU 1998).

3. ERGUE-SE POR FIM O CONVENTO

A partir daqui contamos para a continuação deste artigo com um precioso auxiliar, a “*Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observancia do Serafim chagado S. Francisco*” (JOSÉ 1760), advertindo-se que se evitará mencionar esta referência bibliográfica, no sentido de obviar as repetições, uma vez que a descrição colhe muito do referido documento, ou seja, na ausência de qualquer outra bibliografia entenda-se que a informação foi recolhida na citada Crónica.

3.1. A construção

Considerando que as Ordens Mendicantes desde sempre manifestaram uma vocação urbana para a sua instalação, não é de estranhar que a Regra dos Frades Menores de S. Francisco de Assis, desde muito cedo assistindo em Bragança (TEIXEIRA 1997, 671), tivessem pensado em estabelecer-se na sede de uma outra importante Comarca da região: Torre de Moncorvo.

Assim, aquando da elevação da Custódia de Santo António -ou de Trás-os-Montes- à dignidade de Província, por execução do breve de Pio V, de 19 de Outubro de 1568, já os franciscanos adquiriam na Vila de Torre de Moncorvo desde 1538 propriedades rústicas com a firme disposição de aqui erguerem um Mosteiro, como aconteceu a 16 de Maio desse ano em que firmam num tabelião a compra de um prédio com vinha e fruteiras “*abaixo da fonte da Serra*”, no caminho para Felgueiras (AHMTM 1538); apesar das dúvidas relativamente à localização, pois chegaram seriamente a pensar fazê-lo junto à antiga paroquial românica de Santiago, veio a escolha a recair na ladeira da Serra do Reboredo, sobranceira à Vila, pelo bosque adequado que oferecia, como convinha, a um Convento Reformado e Capucho.

Nesta fundação se empenhou o Senado da Câmara, pois nela “*applicou certa consignação para correrem as obras*”, para além de haver pedido ao Cardeal D. Henrique que para aí enviasse religiosos

(COSTA 1868, 371), aliás este apoio vai manter-se ao longo da existência desta Casa, referindo-se a título de exemplo uma petição da Vereação ao Desembargo do Paço (13.08.1796), para que pudessem facultar aos religiosos o corte de lenhas e madeiras dos matos do Souto e Felgar (FERNANDES 1993, 242 (3209)).

Para a empresa concorreram as esmolas do Soberano e outras que se enviaram de Lisboa, bem como as de alguns ilustres da Região. Destes destacam-se Francisco de Melo de S. Paio, sétimo Senhor de Vila Flor, Chacim, Vilas Boas, Parada de Pinhão, Frechas, Bemposta e Mós e alcaide-mor da Vila de Torre de Moncorvo, assim como o Reverendo António de Araújo, Abade da Vila de Alfândega da Fé.

Iniciou-se então a obra, nos princípios do ano de 1569, contando sempre com a colaboração externa necessária, tanto em dinheiro como em mão-de-obra. Foi seu primeiro Guardião Fr. António de S. João, falecido no Convento de S. Francisco de Viana do Castelo.

A localização dos imóveis resultantes desta edificação consiste na igreja cumprindo com as disposições canónicas em vigor, orientada no sentido Este-Oeste, e nas instalações dos frades, paralelamente ao templo, entre este e a Serra do Reboredo, com a fachada voltada para a encosta da Serra, escondidas assim dos olhares do casario da Vila concentrado em cota inferior.

Esta disposição do Convento, voltado para o Sul e consequentemente com um horizonte curtíssimo, pois fora edificado na vertente Norte da Serra, entendeu-se como a causa da fama de doentio que a Casa veio a ter.

3.2. A primeira alteração arquitectónica

Por essa razão, e após mais de quarenta anos de sofrimento com as moléstias causadas pelo facto de o dormitório não ter Norte, pelo menos tanto quanto refere o cronista, obteve a comunidade minorítica de Moncorvo a caridade do pároco da Igreja da Senhora da Anunciada da Freguesia de Valverde (que pertencia à Abadia da Vila de Alfândega), de nome Francisco Vaz, no sentido de remediar o dano provocado pelo erro cometido quando da fundação.

Assim, em 1615, demoliu-se a igreja -não sem que a gente da Vila levasse a mal tal derrube- para nesse lugar se levantar o dormitório, obras que decorreram com brevidade. Logo de seguida se passou à erecção do novo templo, iniciando-se pela abside como era norma, desta vez disposto ao lado da ala esquerda do Convento, em posição transversal relativamente a este e orientada para Norte, formando o conjunto um “L”. Concluídas estavam em 1626, as obras mais importantes, falecendo nesse mesmo ano o benfeitor.

Para estes e outros melhoramentos que se seguiram ao longo de vários anos, nomeadamente na sacristia, coro, capítulo e enfermaria, concorreram as Câmaras Municipais de Torre de Moncorvo e Mós com dinheiro, o Povo com esmolas e os devotos de Sambade com toda a madeira, sendo por isso merecedores de uma especial recomendação divina.

3.2.1. Reconstrução de uma das paredes

Por finais da centúria, uma das paredes exteriores do novo dormitório, “*por ser mal fundada*”, ameaçava já ruína, pelo que teve de ser demolida. Em 20.06.1698 iniciaram-se as obras de derrube, seguidas da reconstrução -desta feita com redobrada atenção-, que contaram com o elevado empenho do então Guardião do Convento o P.e Fr. Bernardino de S. João, pois voltaram os frades às suas celas na simbólica data de 15 de Agosto desse mesmo ano.

Tal eficiência e rapidez foi possível com muitos e variados apoios, como o das famílias importantes da Vila, tanto em esmolas como na oferta de materiais, destacando-se entre eles António Bandeira Pereira e o Doutor Francisco de Moraes de Mesquita. Apoios exteriores à Vila de Moncorvo, obtiveram-nos do Arcebispo de Braga, do Abade de Alfândega da Fé (Luís de Almeida de Noronha) e da sempre presente Câmara da Vila de Mós. Relativamente à acção do Povo da Freguesia do Larinho nestes restauros, registou-se no cartório do Cenóbio a seguinte lembrança: “*Para que os Religiosos vindouros conheçam o amor, com que devem tratar os Lavradores do Larinho, lhes advirto, que elles com seus carros pelo amor*

de Deos trouxeram toda a pedra desta obra, grande esmola para sogeitos tão pobres; mas destas tem feito tantas, que com dificuldade se acha neste Convento pedra, que elles não carreassem, ... e todos os annos trazem duas, e trez vezes a este Convento toda a lenha necessaria, deixando para isto o seu serviço. Por estas razões devem ser tratados com muito amor, e caridade, quando buscão este Convento, e assim o rogo aos Religiosos, que nelle viverem”.

3.3. A segunda alteração architectónica

Assim se conservou este dormitório, composto por treze celas, até 1719, ano em que os frades resolveram construir um outro, mais amplo para servir às necessidades de então, no lugar da enfermaria que na altura ameaçava ruína, iniciando as obras a 28 de Outubro desse ano e prolongando-as até 1724. De referir que numa memória da Vila realizada durante o período em que decorreram as obras, se afirma ter *“esta villa hum comvento de frades capuchos que de ordinario nelle abitam 20 frades he muito regular, assiado e com boa mata”* (ABREU 2000b, 111).

Sabemos que a antiga enfermaria foi substituída por uma nova, não tendo a certeza se em instalações autónomas construídas de raiz, se integradas no novo edifício; temos todavia conhecimento da existência de uma epigrafe no *“Oratorio da nova enfermaria”* que lembrava o nome do mecenas das obras, o nobre moncorvense José Ferreira que então assistia em Foz Tua, bem como a data da sua conclusão; foi beneficiada em 1726 *“com huma grande varanda, que toma todo o seu comprimento de Norte a Sul”*.

Irradiou do Convento também cultura e ensino, como podemos verificar por dois breves exemplos:

- em 25.08.1757, realizou festejos a propósito da canonização de S. Gabriel Ferreri e de Santa Helena de Pádua (GL 1757), contando para o efeito com a participação da Academia dos Unidos, fundada pelo nosso mais célebre poeta Francisco Botelho, em 1730 (ABREU 2003);

- foi em 1779 para aí transferida a responsabilidade da leccionação na Vila (havia outra em Urros), da escola (ou cadeira) de Primeiras Letras, sendo em 29 de Outubro desse ano para ela nomeado como regente, Fr. Bento de Santa Clara (BAPTISTA 1993, II, 88/90; FERNANDES 1994, 24).

4. E PORQUE TODAS AS ROSAS TÊM ESPINHOS...

4.1. O abastecimento de água à Vila colide com os interesses do Convento

Ao longo da segunda metade do Século XVI, mercê do crescimento demográfico e urbano, aumentou necessariamente o consumo de água, obrigando os poderes públicos a tomarem medidas no sentido de fazerem face à situação, elaborando projectos direccionados para os lençóis de água da Serra do Reboredo, donde desde há muito certamente aproveitavam a água que daí descia por pequenos ribeiros, parte dela eventualmente já canalizada para o chafariz do arrabalde [actual Praça]. Só que agora impunha-se descobrir novas nascentes, reunir as suas águas às existentes e canalizar tudo para o centro da Vila, o que obrigaria a um grande esforço (ABREU 2000).

Este projecto esbarrou logo de início com algumas dificuldades, em virtude de se ter fundado a meio caminho entre a Vila e a Serra, o Convento de S. Francisco, o que levou a vários litígios entre a Câmara e os frades a propósito da partilha dessas águas, uma vez que incluía o ribeiro que passava dentro da cerca do Convento e do qual usufruíam os religiosos, para além de duas fontes do Reboredo que os franciscanos igualmente diziam pertencer-lhes. Um Acórdão de 23.12.1576 estipulou que se encanassem todas essas águas, mas que delas *“se desse hum anel ao Convento”* e, apesar de desde logo se ter dado início às obras, a verdade é que em 1589 ainda não corria água no chafariz *“que se intentava fazer na Praça, por respeito de algumas dúvidas em se metterem nos canos duas fontes, que estavam em huma tapada de Gonçalo Dias”*, situação que praticamente fizera suspender a obra; todavia, a água do ribeiro que passava pelo Convento já havia sido canalizada, governando-se os frades com a fonte que aí tinham mas que nesse ano secara, o que levou a comunidade religiosa a ter que ser socorrida pelos moradores *“com cargas de agua”*.

Em Maio do ano seguinte, certamente por pressão dos responsáveis do Convento, viu-se a Câmara Municipal obrigada, através de Acórdão de cinco desse mês, a ceder aos religiosos da água que corria nos canos, o quinhão prometido em 1576; mas, como as discussões “*entre os Officiaes da Camera, pessoas da Governança, e o Povo da Villa*” em torno da água das duas fontes continuassem, ou seja, se a mesma deveria ou não ser incluída no aqueduto, recorreu-se a el-rei que, através do desembargador da Casa do Porto que se deslocara pessoalmente a Torre de Moncorvo para se inteirar da situação, decide por Alvará de 08.06.1591 “*que as ditas duas fontes se mettão no cano geral, por onde a dita agua ha de vir à Villa, e que della se dê aos Padres ditos do Mosteiro de S. Francisco huma quinta parte (...) e que outra quinta parte venha pela mesma maneira a hum chafariz particular, que hei por bem se faça pela traça, e ordem, que melhor parecer defronte da Igreja [capela] de Santo Antonio (...) e que as trez partes, que da dita agua ficão, venhão ao dito chafariz da Praça, que no meio della esta começado*”, recomendando ainda aos funcionários da administração central em Moncorvo a maior brevidade na execução das obras.

Como nem sempre a Autarquia cumpria o estipulado no que respeitava ao quinto da água que deveria correr para os frades, estes queixam-se, motivando um outro Alvará régio (07.03.1611) que determinou que fosse o Juiz de Fora o responsável pela “*chave da arca, e cano da agua da dita Villa*”, com a recomendação deste ter um “*particular cuidado de fazer ir a agua, que sempre se deu aos ditos Religiosos*”.

4.2. Alguns litígios entre os párocos da Vila e o Convento

Cerca de trinta anos após a fundação da Casa, talvez porque a posição desta se fosse entretanto consolidando no meio religioso local, começaram os litígios entre gente do mesmo ofício, isto é, entre os párocos da Vila e os religiosos franciscanos, por razões de ordem financeira.

Só o Reitor Licenciado João Lopes, natural de Freixo de Espada à Cinta, conseguiu manter com o Convento um litígio permanente desde 1598 e ao longo de quase vinte anos, por razão das ofertas das exéquias dos funerais e de ofícios afins, relativas aos defuntos enterrados no Cenóbio, defuntos que ora recusava acompanhar a S. Francisco, ora acompanhava mas não sem que antes obrigasse os herdeiros a levarem-lhe as ofertas a sua casa, ora desviava para as sepulturas da matriz contrariando as suas últimas vontades, ora a cujas famílias cobrava os honorários que pertenciam aos frades.

Pleitos sobre os quais se manifestou toda a estrutura eclesiástica em Portugal devido às queixas e recursos, nunca ninguém dando razão ao pároco, várias vezes ameaçado de excomunhão, muitas arrependido, outras tantas reincidente.

Após uma acalmia de vinte anos, regressam pelas mesmas razões os diferendos em 1636, na pessoa do Reitor Diogo Álvares Pereira, porém estes de menor duração, até que em 1672 o seu sucessor, Reitor Simão Ferreira -reencarnando o Reverendo João Lopes de má memória- quebra as tréguas, sendo condenado e reincidindo em 1686.

Em 1723 é conhecida uma outra sentença por razões semelhantes, a última de que a “*Chronica...*”, publicada como se viu, em 1760, dá notícia.

5. E COMO TUDO O QUE TEM PRINCÍPIO TEM FIM...

Cerca de 1760 era o Convento um conjunto edificado de respeito, pois quem da Vila para ele se dirigia, percorria uma espaçosa calçada quando cruzasse com a capela de S. João Baptista “*aonde está instituida a notavel confraria dos cavaleiros que todos os annos tem obrigação de festejar ao mesmo santo fazendo huma Mourisca*” (ABREU 2000c), via um dos muros da cerca à sua direita e do outro lado o aqueduto (a pouco mais de um metro de altura do solo) que transportava a água para os chafarizes públicos, passava pelo cruzeiro monólito erecto em 08.10.1663 e encontrava-se no terreiro, benzido em 1651 para servir como cemitério a muita gente pobre da Vila:

- passava à porta da capelinha dos Passos construída em 1723, penetrava no edifício através da portaria localizada ao lado da igreja e por debaixo da torre sineira, no interior visitava as oficinas e demais compartimentos necessários a uma comunidade religiosa, subia ao 1.º andar, caminhava ao longo do dormitório mais antigo e ao fundo do corredor na intersecção das alas Norte e Nascente podia admirar uma capelinha

onde se venerava a imagem de Santo Cristo datada de 1726; virava então à direita, para fazer o mesmo relativamente ao dormitório mais recente, podendo no final destes dois corredores ter contado 24 celas;

- espreitava o claustro, quadrado com 62 palmos (= 13,64m) de lado, podendo admirar ao longo dos seus lanços, cenas dos Passos da Paixão através de pinturas aí realizadas em 1658;

- acedia à igreja através de uma porta interior de acesso à sacristia, de fábrica cuidada, com um retábulo formado por vários painéis em forma de caixotões, com um nicho ao centro onde se encontravam dois relicários em forma de braço e uma preciosa Cruz de Jerusalém também com relíquias;

- passava daí à capela-mor -alteada 8 palmos (= 1,76m) em 1715-, mas cujo forro só foi pintado e dourado apenas passados alguns anos; podia na ábside admirar o altar-mor composto por um belo retábulo em talha (dourado apenas em 1732) aí instalado aquando do aumento do pé-direito; na boca da tribuna um painel pintado com o "*passo da Indulgencia da Porciuncula*" e, entre este e o Sacrário uma imagem da Senhora das Dores, ladeada por outras duas, a do Patrono S. Francisco e de S. Bernardino de Sena, para além das de S. Diogo e S. Pedro de Alcântara;

- transpunha o arco triunfal e encontrava-se na nave da igreja, perante um amplo salão com 34 palmos (= 7,48m) de comprimento, devidamente ornado, onde se encontravam dois altares colaterais, o da Senhora da Conceição e de Santo António;

- podia então retirar-se para o exterior e admirar a bela fachada barroca, com uma ampla porta em arco abatido encimada por três janelas centrais -encontrando-se a do meio e de maiores dimensões sob um enorme óculo-, e se espreitasse a ala Poente verificaria a existência de mais duas;

- podia e devia, passar então à cerca do Mosteiro, por caminho paralelo à fachada do dormitório mais antigo (virado para a Vila) e ao fundo, na esquina com o dormitório mais recente (a Nascente) encontrar-se num aprazível e extenso terreiro, com um chafariz de forte manancial; dava acesso a este largo uma alameda formada por latadas de parreiras bem tratadas, com assentos ao longo do seu percurso, até se encontrarem umas escadas através das quais se acedia a um alpendre contendo um nicho consagrado a Santo António, servindo-lhe de peanha uma fonte construída em 1691, cuja água se distribuía por várias partes sendo depois recebida num grande tanque (6,60m x 3,52m) construído na horta; poderia ainda passear pelo pomar, avistando ao longo do ribeiro que apenas corre de Inverno as "*celebradas figueiras da Torre*", e embrenhar-se na solidão da mata, nela se destacando os medronheiros, os zimbros, os azevinhos e uma carreira de ciprestes.

Curiosamente duas fotografias datáveis de finais do século XIX, se bem que numa delas alguém inscreveu a data de 1865 (Maio) -mostrando uma a fachada do Cenóbio (Convento 1865) e a outra as suas traseiras (Convento...)-, revelam um conjunto edificado já bastante alterado relativamente à descrição do cronista, não dando a entender a existência de qualquer claustro, sobretudo a segunda delas (tirada no sentido S-N), não revelando sequer a existência da ala Nascente edificada aquando da alteração realizada cerca de 1724, importante para ajudar a formar o quadrado do claustro (Convento...).

Para a reconstituição do complexo edificado incluindo a capela de S. João, dispomos de um precioso documento iconográfico não datado (GEAEM...), constituído pelas plantas e desenhos de um levantamento arquitectónico produzido talvez por volta de 1814-1815 (considerando-se que nessa altura se elaboraram outros levantamentos na Vila com os mesmos objectivos); mesmo este está em dissonância com a referida descrição da Crónica, podendo daqui inferir-se que durante os pouco mais de 50 anos que medeiam entre a publicação da Crónica e a realização dos desenhos -lapso que coincide com o conhecido período de crise ou decadência das Ordens Religiosas, "*não crise de crescimento, mas início de crise de agonia*"- (ARAÚJO ET ALLI 1985, 22), foi o Mosteiro da comunidade minorítica alvo de numerosas obras e acrescentos.

6. EM JEITO DE CONCLUSÃO

Assim foi permanecendo esta Casa até 1834, ano em que o conhecido decreto de 28 de Maio extingue as Ordens Religiosas masculinas, confiscando e incorporando os seus bens nos da Fazenda Nacional (REIS 1988, 235-236). Note-se todavia que esta aparentemente drástica medida tomada pelo governo liberal, tem antecedentes que remontam pelo menos ao reinado de D. José porquanto por esse tempo se pensou, não

só pôr cobro ao relaxamento na observância das regras de algumas ordens religiosas mormente femininas [exceptuando curiosamente os conventos habitados pelas Capuchas (Ordem de S. Francisco), e o Recolhimento de Santo António ou S. Nicolau existente em Torre de Moncorvo era um deles], como à excessiva população conventual e problema do endividamento de várias casas, agudizando-se a situação com o terramoto de 1755 que destruiu vários conventos. Para remediar estes males o papa Benedito XIV expediu o breve de 23.08.1756, com o fim de suprimir, unir e incorporar todos os mosteiros que, ou por que arruinados os seus edifícios, ou por falta de rendas ou indvidados não pudessem subsistir, determinando ainda que os bens dos casas extintas pudessem ser vendidos (ANTT 1941). Será talvez aqui conveniente relembrar a expulsão dos Jesuítas em 1759 e os seus bens móveis e imóveis incorporados na Fazenda Nacional em 1761 (ARAÚJO ET ALLI 1985, 52).

Não cremos que o nosso Convento possa ser incluído neste grupo, pelo menos no que respeita a dificuldades económicas, porquanto como acima se viu, prosperou ao longo da segunda metade do Século XVIII. Mas a verdade é que em 1822 o levantamento arquitectónico já anteriormente (?) realizado é alvo de um projecto e orçamento com vista à sua adaptação para acolher o Batalhão de Caçadores N.º 3, mesmo que provisoriamente uma vez que existia um projecto para construção de raiz dum quartel (GEAEM...; AHM 1822). Julgamos que a publicação destes documentos (plantas e parte do orçamento) poderão ajudar a compreender melhor o(s) edifício(s) que então existia(m), remetendo-os para o final do artigo.

Pensamos que a instalação desta força militar em Torre de Moncorvo se deve à publicação do decreto que determina a formação do Exército (19.05.1806) para fazer face às iminentes Invasões Francesas, onde à Divisão do Norte não cabia nenhum corpo sediado nesta Vila, situação que leva a edilidade a solicitar à Rainha que aí instale um Regimento (FERNANDES 1996, 335); o certo é que esta pretensão, pelo menos numa primeira fase foi acolhida pelos responsáveis militares que já em 1813 haviam decidido aqui instalar um hospital militar (FERNANDES 1996, 347).

Assim, ao longo de 1814 e 1815 várias equipas militares do Real Corpo de Engenheiros, com diferentes chefias como sejam o capitão Miguel José Pinto Castelinho, os majores Joaquim José de Almeida Freitas e Joaquim Pedro Pinto de Sousa e o coronel Joaquim de Oliveira, se deslocaram a Torre de Moncorvo onde elaboraram vários projectos com vista tanto à construção de dois edifícios “*ex novo*” para quartel, bem como a adaptação de imóveis existentes, sendo que um deles respeita ao Convento de S. Francisco e à ermida de S. João, esta para hospital militar (GEAEM...; ABREU 2000a). Não é esta situação estranha tanto quanto pudemos apurar, uma vez que por esta altura (1814) foram publicados na imprensa projectos de extinção das Ordens Religiosas, durante o debate que também aí se travou acerca do problema (ARAÚJO ET ALLI 1985, 54).

A tomada de decisão sobre esta matéria vai-se dilatando no tempo e como atrás se viu, em 1822 elaboram-se novos orçamentos para os projectos anteriores, incluindo obviamente as obras de adaptação; curiosamente ou talvez não, neste mesmo ano houve grande actividade político-legislativa com vista à fragilização da Igreja, proibindo-se por exemplo as admissões de noviços e extinguindo-se mesmo alguns conventos (ARAÚJO ET ALLI 1985, 54).

Tudo isto para conjecturar que o nosso Convento pode ter sido apanhado nessa onda de ataque às Ordens Religiosas por um lado e por outro, devido a necessidades de Defesa Nacional como hoje se diria, em data bastante anterior à exclausuração de 1834, pois só assim se compreende estar o edifício disponível para acolher a tropa, já em 1814 e ainda em 1822. Como adiante se verá, também em 1837 se pretendeu afectar o edifício ao Ministério da Guerra, só que agora não há dúvida que o imóvel é património do Estado, aliás a Fazenda Pública dele tomou posse a 19.06.1834 (AHMF 1834).

Segundo vários historiadores, tanto as Invasões Francesas como as Guerras Civis, constituíram os dois períodos que mais afectaram nesta época a vida conventual, sendo “*muitos os conventos e mosteiros utilizados para aquartelamento de tropas e em alguns deles, e a partir deles, se organizaram por vezes milícias de resistência ao exército oposto*” (ARAÚJO ET ALLI 1985, 26).

De seguida promoveu o Estado a privatização desses bens nacionalizados, através de um moroso processo devido a razões de vária ordem, como o levantamento das necessidades por parte do Estado no sentido de afectar alguns deles aos serviços públicos.

Nas “*Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino*”, pode ver-se que n’ “*O convento de S. Francisco – Ordem de S. Francisco, Provincia da Conceição – em conta corrente com a Fazenda Nacional*”, foram inventariados 4 cálices, 4 colheres, 5 coroas, 1 custódia, 4 patenas, 2 píxides, 4 resplendores, tudo avaliado em 241\$258 réis, peças estas que deram entrada na Casa da Moeda (BNL..., 37).

Ainda em 1834 foi o edifício requisitado para colégio, por proposta do Deputado Quevedo Pizarro, pretensão que certamente não foi satisfeita, pois em 1836 a questão ainda se debatia e, em 1837 foi solicitado (edifício e cerca) pelo Ministério da Guerra para aí instalar o Batalhão de Caçadores nº. 3, chegando os imóveis através de Portaria de 06 de Maio, a serem incluídos na “*Relação dos Bens exceptuados da venda*” (ANTT...). O Convento e a capela de S. João -com seu edifício anexo- chegaram mesmo a ser alvo de levantamentos arquitectónicos e de projectos para instalação do referido quartel e hospital militar, respectivamente, como acima se disse (GEAEM...; AHM 1822; ABREU 1998, 21).

Com a Lei de 15.04.1835 é autorizada a venda, em praça, dos Bens Nacionais. No que concerne ao Convento em apreço e segundo as informações possíveis neste momento pois estamos em crer que vários outros editais foram publicados, a “*cêrca do dito Convento, a qual é pegada ao mesmo, e consta de mata, vinha, pomar de fructa, e horta com um tanque*” foi a “*Arrematação perante a Junta de Credito Publico no dia 8 de Novembro de 1841*” por édito publicado a 04 de Outubro desse ano, avaliada em 2.400\$000, assim como os edifícios e respectivas cercas dos Conventos de S. Francisco de Bragança e da Santíssima Trindade de Mirandela, avaliados em 3.000\$000 e 3.800\$000 respectivamente (DG 1841, 1136); os mesmos prédios voltam à praça em 22.12.1841 (exceptuando os dos trinos de Mirandela), com os mesmos valores (DG 1841a, 1352).

Nessas mesmas datas se puseram também em leilão, vários prédios rústicos e urbanos do Concelho de Moncorvo, com a informação de que eram “*Bens adjudicados à Fazenda Nacional, por execução feita a José António Ferreira de Abreu e João Carlos Grandão*”, provavelmente todos ou em parte, provenientes de bens nacionalizados e entretanto alienados, e que entretanto, por qualquer motivo, o fisco penhorara (DG 1841, 1136; DG 1841a, 1352).

Certo e sabido é que, no antigo edifício da igreja foi estabelecida uma fábrica de sabão, em 1864, por António Caetano de Oliveira, montada e dirigida pelo empreendedor farmacêutico José Henriques Pinheiro (Industria 1883; RODRIGUES 1908); sabemos de outras utilizações, sendo talvez a menos imprópria a de Teatro, ou de local onde se fizeram representações teatrais (ALVES 1908-1910, 15).

Aí pelos meados do século XX foi a sua bela fachada “*rocaille*” destruída -atitude tomada talvez numa tentativa de expiação do sacrilégio que se cometia-, passando desde então a ter de facto aspecto de armazém.

Adquirida pela Câmara Municipal há talvez dezena e meia de anos, por sugestão da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia da qual fazíamos parte, como o imóvel adequado para instalar o Museu cuja criação defendíamos, é desde então utilizada como oficina de reparação das viaturas municipais.

O restante conjunto, aquando da visita do Abade de Baçal em 1907, eram “*destroços e ruínas ... Capiteis, fustes, bases de colunas, aqui e alli deslocados, coroavam socalcos de paredes, serviam de suporte a latadas de parreiras ou jaziam abandonados pelos cantos ! Campas com brazões d’armas e inscrições já mutiladas guarneciam os muros de vedação ou adoptadas para mezas rodeadas de outras á laia de assentos á sombra das arvores, sem respeito pelas cinzas que abrigaram ... faziam lembrar um festim de insania após horrorosa bachanal ! ou antes mostravam apenas a índole portuguesa em face dos monumentos do passado*” (ALVES 1908-1910, 14).

Foram estes edifícios do Convento entretanto demolidos, para no seu lugar se erguer, entre 1913 e 1915 (REBELO 1992, 7), o “*Asylo Francisco Meireles*”, instituição de assistência para crianças e inválidos pobres, legada pelo capitalista moncorvense com o mesmo nome, falecido em 1904 e cujo nome figura nas placas toponímicas da principal Praça da Vila.

E deste modo desapareceu por completo aquele grandioso conjunto monástico, local de comunicação, saúde e religião, ao longo dos seus 265 anos de actividade oficial, monumento que o nosso Concelho natal irremediavelmente perdeu.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento 1

“Projecto, e orçamento de Despeza, que será necessario fazer-se no aranje de huma parte do Convento de S. Fran[cis]co, na Caza denominada das Teixeira, e na Irmida de S. João, afim d'aquartelar provizoriamente o Batalhão de Caçadores n.º 3

Obra a fazer no Convento

Demolir os tabiques, que separão nove sellas, e conservar [?] afim de formar hum cazão de 100 palmos [= 22m] de comprim[en]to, e dividilo no centro com hum tabique de 22 palmos [= 4,84m] de largo, e 11 [= 2,42m] d'alto, p[ar]a aquartelar duas Comp[anhi]as = Dividir huma caza de 42 palmos [= 9,24m] de comprim[en]to, e 14 [= 3,08m] d'alto com hum tabique afim de a reduzir a duas, e abrir-lhe duas janellas, tanto nestas cazas assim preparadas, como em outra de 18 palmos [= 3,96m] em quadro, e em outra de 90 palmos [= 19,80m] de comprim[en]to, e 22 [= 4,84m] de largo, construir parteleiras, Cabides, e Armeiros, afim de servirem de 3 arrecadações de Comp[anhi]as, e a geral = Consertar os telhados, e construir huma latrina de 16 palmos [= 3,52m] de comprim[en]to e 10 [= 2,20m] d'alto

Na Caza das Teixeira

(...)

Na Irmida de S. João p[ar]a servir de Hospital

Vigar, e assoalhar huma caza de 48 palmos [= 10,56m] de comprimento, e 20 [(?) = 4,40m] de largo, e construir-lhe 3 pequenos caixilhos de Vidraças, consertar os telhados

[segue-se o orçamento e algumas explicações complementares]

(...)

Torre de Moncorvo 10 de Junho de 1822

Joaquim Pedro Pinto de Sousa

Major Eng.º

(AHM 1822)

Documento 2

“Convento de S. Francisco da Provincia da Conceição em Moncorvo

Autto de Posse Firmada (?) pello Doutor Juis de Fora Interino desta Villa Francisco Jose Vanini de Castro de todos os Bens de Raiz pertencentes ao Extinto Convento de Sam Francisco de Moncorvo pertencente à Provincia da Conceição; e tomada em virtude do Decreto de mil oito digo de vinte oito de Maio de mil oito centos e trinta, e quatro, e Instruçoens expedidas pello Thesouro Publico em quatro de Junho do corrente anno.

Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e quatro annos aos dezanove dias do mês de Junho do ditto anno nesta Villa da Torre de Moncorvo e Convento de São Francisco da mesma aonde eu Escrivão vim com o Doutor Juis de Fora Interino Francisco Jose Vanini de Castro para effeito de tomar posse de todos os Bens de Raiz pertencentes ao ditto extinto Convento,

entrando todos os Predios urbanos e Rusticos cuja Posse he tomada pello sobredito Ministro para a Fazenda Publica, e em virtude das ordens expedidas pello Thesouro Publico em quatro de Junho de mil oitocentos e trinta, e quatro; E sendo ahi elle ditto Ministro entrou no dito Convento abrindo e fechando as Portas, igualmente na cerca, ortas, vinha, e Pomar cortando Ramos verdes das Arvores pondo e tirando pedras das Paredes, e finalmente fazendo todos os actos Possessorios que a Lei determina, tudo sem contradição de pessoa alguma, ficando assim a Fazenda Publica em Posse de todos os Bens pertencentes ao Extinto Convento, sendo testemunhas presentes Francisco Justiniano Navarro d'Andrade, e João Antonio de Campos Tabelaens do Juizo do Geral desta Villa que assignarão com o dito Ministro, e com o Alcaede do Juizo Manoel Joaquim Souza, que me acompanhou neste acto, e comigo Manoel Jose Trigo Tabelião do Publico que o Escrevi e assignei

Francisco Jose Vannini de Castro

Fran[cis]co Justin[ian]o Nav[ar]ro d'And[rad]e

João Antonio de Campos

Manoel Joaq[ui]m de Souza

Manoel José Trigo

Termo de Nomeação de hum Fiscal por parte da Fazenda Real.

Aos dezanove dias do mes de Junho de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta Villa da Torre de Moncorvo, e cazas da Residencia do Doutor Juis de Fora Interino desta ditta Villa Francisco José Vanini de Castro etc. Ahi appareceo de presente o Advogado Jose Bernardo de Azevedo por notificação que eu Escrivão lhe fes para que servisse de Fiscal da Fazenda Nacional; assestisse á descripção e Louvação de todos os Bens pertencentes ao Extinto Convento de Sao Francisco desta Villa, e logo elle ditto Ministro lhe encarregou que debaixo do Juramento dos Santos Evangelhos requeresse por parte da Fazenda Nacional o que fosse a bem da mesma cujo juramento elle ditto Advogado, recebeu, e prometeo cumprir exatamente como lhe foi encarregado, e assignou com elle Ministro e he Manoel Jose Trigo Escrivão que o escrevi.

Vannini

José Bern[ar]do de Az[eve]do

Termo de Nomeação de Louvados, e Juramento aos mesmos

Aos vinte dias do mês de Junho de mil oitocentos e trinta e quatro annos nesta Villa da Torre de Moncorvo, e extinto Convento de São Francisco da mesma aonde eu Escrivão vim com o Doutor Juis de Fora Interino Francisco Jose Vannini de Castro, Ahi elle Ministro nomeou para Louvados dos Livros pertencentes ao mesmo Extinto Convento Francisco Justiniano Navarro d'Andrade, e Joaquim Jose Freire homens inteligentes desta mesma Villa aos quaes lhes deferio o Juramento dos Santos Evangelhos encarregando lhes que debaixo do mesmo, e segundo entendessem em suas consciencias avaliassem todos os Livros existentes na Livraria o que prometerão cumprir e assignarão com elle o Ministro e Eu Manoel Jose Trigo Escrivão que o escrevi e assignei.

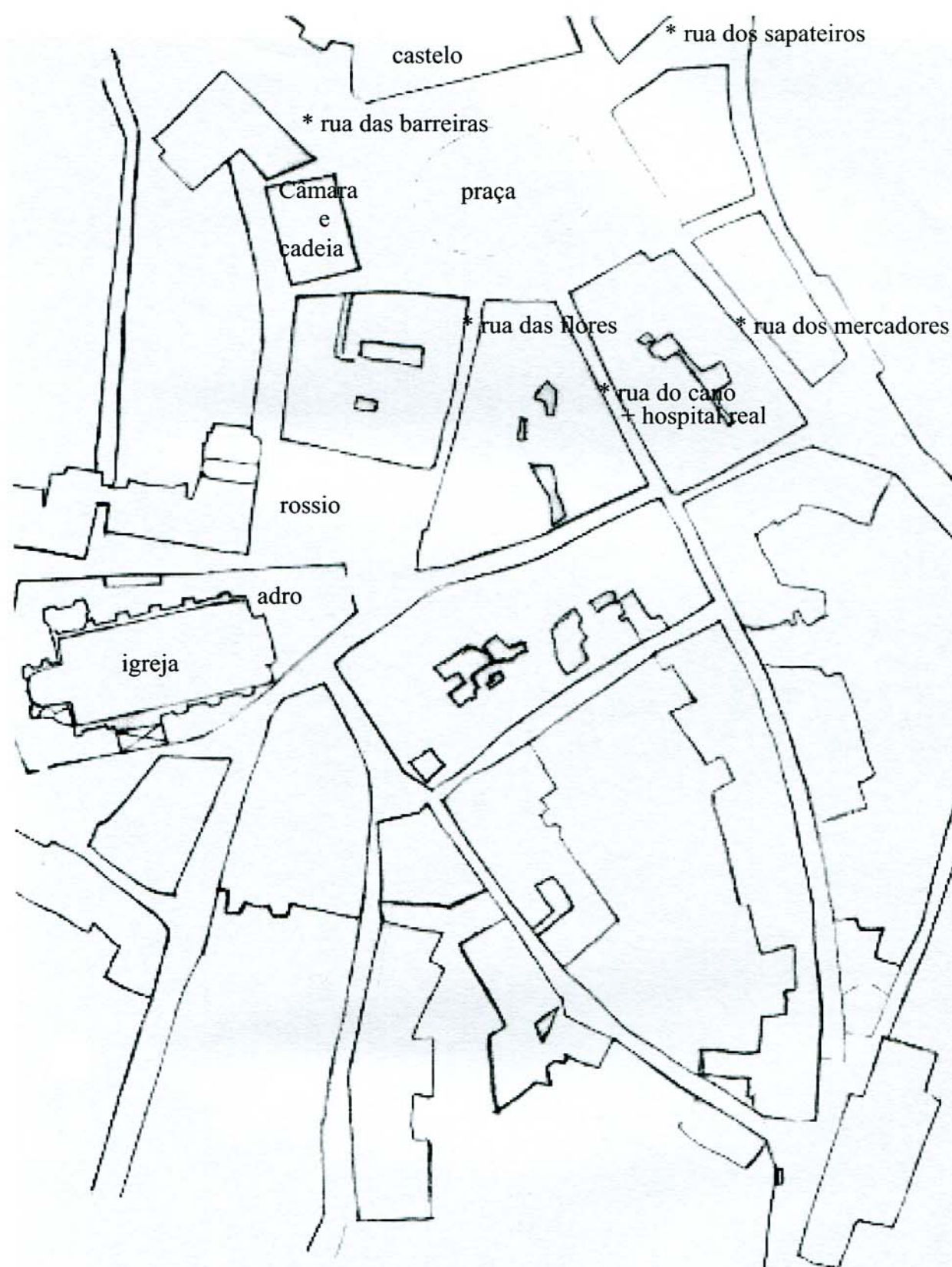
Fran[cis]co J[os]e Vannini de Castro

Fran[cis]co Justin[ian]o Nav[ar]ro d'And[rad]e

Joaquim Jose Freire

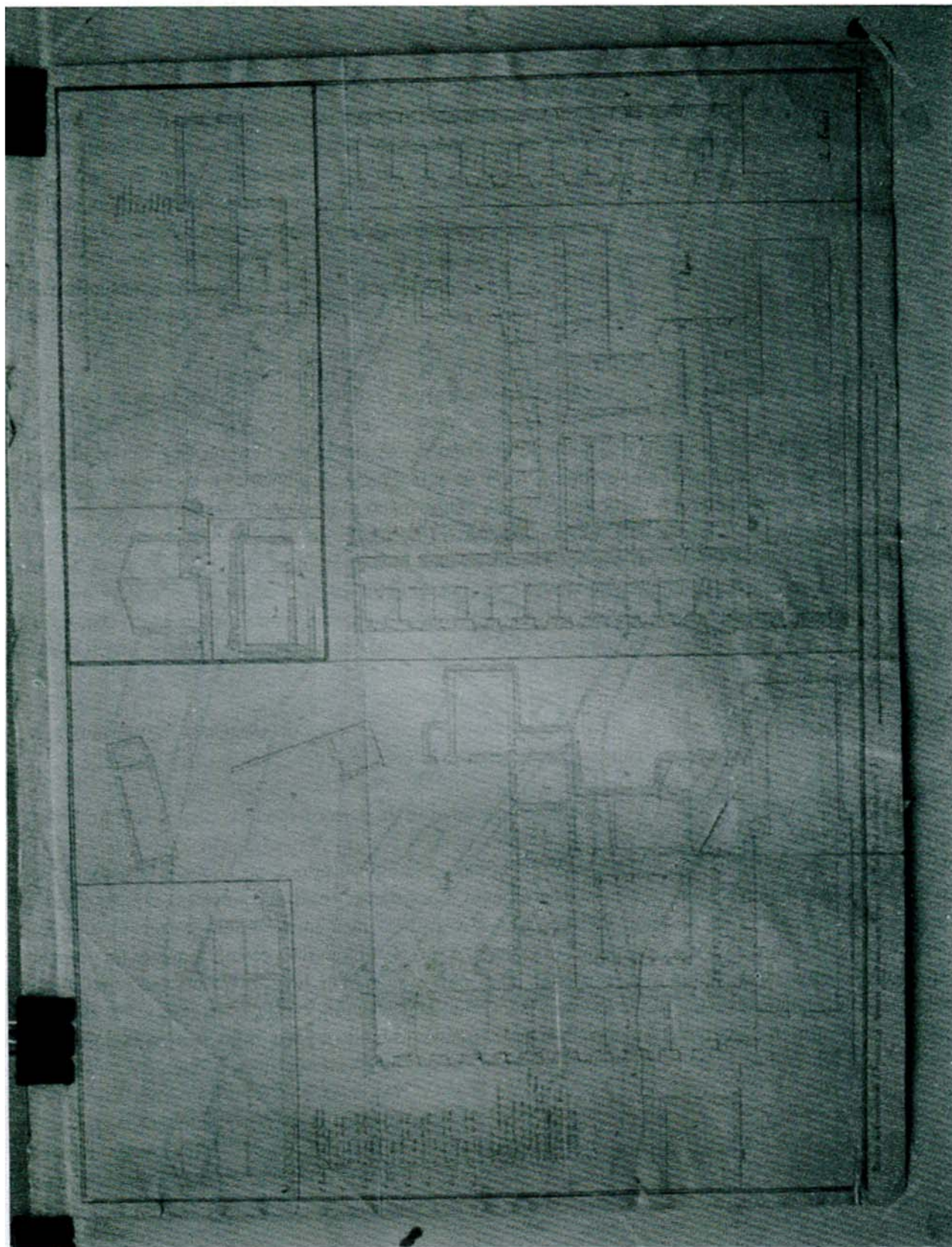
Manoel José Trigo"

(AHMF 1834)



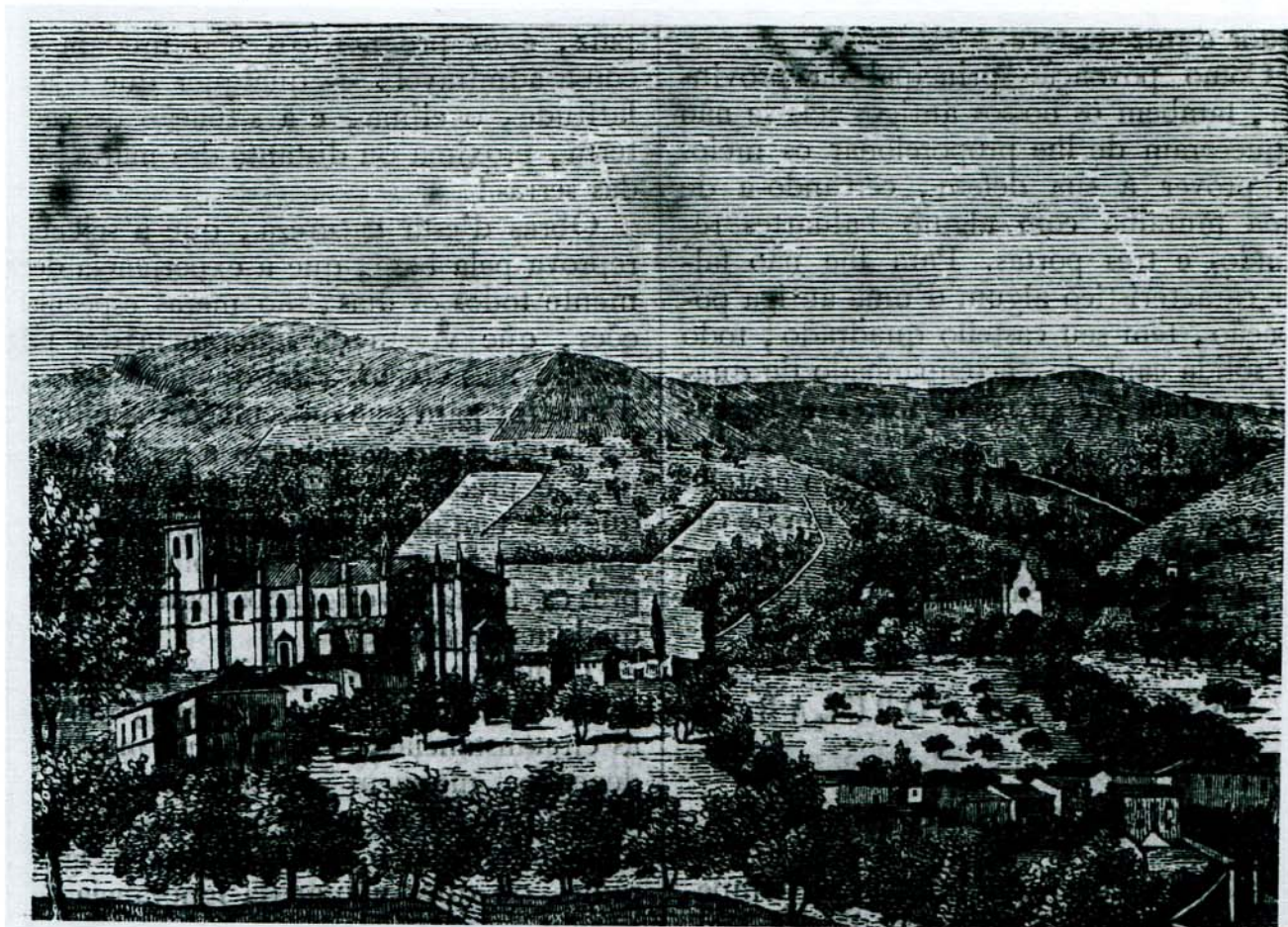
(Planeamento 1979)

PLANTAS DO CONVENTO DE S. FRANCISCO PROJECTADO PARA QUARTEL,
E DA CAPELA DE S. JOÃO PARA HOSPITAL MILITAR (1814-1815 ?)



(GEAEM...)

GRAVURA ANTIGA DA VILA DE TORRE DE MONCORVO,
VENDO-SE À DIREITA O CONVENTO DE S. FRANCISCO
(1.^a MET. SÉC. XIX ?)



(Revista 1848)



(Convento 1865)

O ASYLO FRANCISCO MEIRELES A E IGREJA DO ANTIGO CONVENTO DE S. FRANCISCO,
EM DATA ANTERIOR À DESTRUÇÃO DA SUA FACHADA (CERCA MEADOS SÉC. XX)



(Asylo...)

BIBLIOGRAFIA

- ABREU 1998 – ABREU, Carlos d', *Torre de Moncorvo – percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de Mestrado em Arqueologia (1994-1998), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.
- ABREU 1999 – ABREU, Carlos d', *A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana*, sep. de "Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam", vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, 23-32.
- ABREU 1999a – ABREU, Carlos d', *As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (Séculos XIII-XVIII)*, sep. de "DOURO - Estudos & Documentos", vol. IV, n.º 8, Porto, Instituto do Vinho do Porto/Universidade do Porto/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1999, 83-117.
- ABREU 2000 – ABREU, Carlos d', *O Antigo Chafariz da Praça de Torre de Moncorvo no Contexto do Abastecimento Público de Água à Vila*, sep. de "Brigantia Revista de Cultura", vol. XX, n.º 1/2, Bragança, Assembleia Distrital, 2000, 43-51.
- ABREU 2000a – ABREU, Carlos d', *O castelo da Vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição)*, sep. de "DOURO - Estudos & Documentos", vol. V, n.º 10, Porto, Instituto do Vinho do Porto/Universidade do Porto/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2000 (2º), 73-98.
- ABREU 2000b – ABREU, Carlos d', *O Município de Torre de Moncorvo no Século XVIII*, in "II Edição do Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos" (Regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta e Beira Baixa - 1995/96), Vol. I, Porto, Fundação da Juventude, 2000, 43-162.
- ABREU 2000c – ABREU, Carlos d', *As Memórias Paroquiais de 1758 do actual Concelho de Torre de Moncorvo, XIX a) – Torre de Moncorvo*, in "Terra Quente", Ano XI, n.º 215, Mirandela, 2000.07.15, 4.
- ABREU 2001 – ABREU, Carlos d', *A Antiga Casa da Câmara e o Pelourinho de Torre de Moncorvo (contributo para o estudo do antigo Património Edificado da Vila)*, sep. de "Brigantia Revista de Cultura", vol. XXI, n.º 1/2, Bragança, Assembleia Distrital, 2001, 69-77.
- ABREU 2003 – ABREU, Carlos d', *Francisco Botelho Poeta Ibérico do Século das Luzes*, in "Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda", Ano VI, n.º 14, 1.ª Série, Guarda, Câmara Municipal, Nov/2003, 107-123.
- ABREU 2003a – ABREU, Carlos d', *Para a História do Antigo Convento Trinitário e Culto à Senhora dos Remédios na Paróquia de S. Lourenço da Lousa*, sep. de "Côavisão - Cultura e Ciência", n.º 5, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, 2003, 43-57.
- ADB 1655 – Arquivo Distrital de Braga, *Escritura sobre a fábrica da capela da cadeia na vila da Torre de Moncorvo*, Registo Geral, Livro 33, 07.03.1655, fl. 196/196v [treslado do Séc. XVIII].
- ADB 1680 – Arquivo Distrital de Braga, *Obrigação à fábrica da Capela sita na Vila da Torre de Moncorvo* [capela de S. Nicolau], Registo Geral, Livro 17, 02.07.1680, fl. 351/351v/352.
- ADB 1755 – Arquivo Distrital de Braga, *Registo de Provisão de Licença para o Suplicante edificar de novo a Capella de que trata* [capela do Santíssimo Coração de Jesus], Registo Geral, Livro 122, 18.08.1755, fl. 286v-290v.
- AHM 1822 – Arquivo Histórico Militar, *Descrição dos arranjos necessários no Convento para aquartelar provisoriamente o 3.º Batalhão de Caçadores*, 3.ª Div., 20.ª Secção, N.º 52, Cx. 10, 1822.
- AHMF 1834 – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*, Cx. 2238, 1834.
- AHMTM 1538 – Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*, doc. 196, 1538.
- AHMTM 1644 – Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, *Auto de Câmara - Provisão do Corpo de Deus*, Livro dos Acórdãos, doc. 17, 30.04.1644, 19-21v..
- AHMTM 1657 – Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, *Livro para a obra do chafariz*, doc. 198, 1657-1668.
- AHMTM 1704 – Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, *Arrematação de hu passadiço...*, Livro da receita e despesa, doc. 614, 30.10.1704.
- ANDRADE 1991 – ANDRADE, António Júlio, *Torre de Moncorvo, notas toponímicas*, [sep. de "Brigantia Revista de Cultura", vol. X, n.º 1/2, Bragança, Assembleia Distrital, 1990, 247-302], Torre de Moncorvo, Câmara Municipal, 1991, 247-302.
- ANDRADE 1991a – ANDRADE, António Júlio, *Dicionário histórico dos arquitectos, mestres de obras e outros construtores da vila de Torre de Moncorvo*, in "Brigantia Revista de Cultura", Vol. XI, N.º 3/4, Bragança, Assembleia Distrital, Jul/Dez-1991, 21-48.
- ANTT... – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Convento de S. Francisco da Ordem da Conceição*, D. 28 e 1.ª Rep. N.º 23, Livro 1.º das Requisições, fl. 54v., Inventário n.º 265, 1834/1836/1837.
- ANTT 1941 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Situação dos edifícios de institutos religiosos ao serviço do Estado e das Corporações*, ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, 1941.
- ALVES 1908-1910 – ALVES, Francisco Manuel [Ab. de Baçal] *Moncorvo – Subsídios para a sua historia ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa transmontana*, sep. de "Ilustração Transmontana", Porto, 1908-1910.
- ARAÚJO ET ALLI 1985 – ARAÚJO, António de Sousa & SILVA, Armando B. Malheiro da, *Inventário do Fundo Monástico-Conventual. Arquivo Distrital de Braga. Universidade do Minho*, sep. "ITINERARIUM – Revista quadrimestral de Cultura publicada pelos Franciscanos de Portugal", Ano XXXI, n.ºs 121-122, Lisboa, 1985, 49-301.
- Asylo... – Fotografia do Asylo Francisco Meireles e antiga igreja do Convento de S. Francisco antes da destruição da sua fachada, vista de NO (Torre de Moncorvo), s/d [cerca meados Séc. XX], [col. Autor].
- BAPTISTA 1993 – BAPTISTA, Maria Isabel Alves, *Escola e sociedade na província de Trás-os-Montes 1759-1835*, II vols., dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Educação, Braga, Universidade do Minho, 1993.
- BNL... – Biblioteca Nacional de Lisboa, *Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino*, Res. 419 A, n.º 265, fl. 37 (Moncorvo), s/d.
- CHUECA 1992 – CHUECA GOITIA, Fernando, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- Convento 1865 - Fotografia do Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo, vista de Norte, 1865 [col. Autor].
- Convento... – Fotografia do Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo, vista de Sul, s/d [in "Terra Quente" (jornal regional), ano XII, n.º 263, Mirandela, 01.08.2002, 3].

- COSTA 1868 – COSTA, P.^o Antonio Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2.^a ed., Braga, 1868 [1.^a ed., 3 vols., Lisboa, 1706, 1708 e 1712 respectivamente].
- DG 1841 – Diário do Governo, Arrematação perante a Junta de Credito Publico, n.º 234, Lisboa, 04.10.1841, 1136.
- DG 1841a – Diário do Governo, Arrematação perante a Junta de Credito Publico, n.º 267, Lisboa, 11.11.1841, 1352.
- FERNANDES 1993 – FERNANDES, Hironidino da Paixão, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes*, maços 1-428. ANTT, Bragança, Instituto Superior Politécnico / Câmara Municipal / Arquivo Distrital, 1993.
- FERNANDES 1994 – FERNANDES, Saturnino, *Rezam velhos documentos*, in “Boletim Cultural e Informativo”, 9.1: 24, Porto, Casa Regional dos Transmontanos e Algodurienses do Porto, 1994.
- FERNANDES 1996 – FERNANDES, Hironidino da Paixão, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Documentos (textos) Publicados. 569 – 1950*, tomo I (569 - 1870), Bragança, Instituto Superior Politécnico / Câmara Municipal / Arquivo Distrital, 1996.
- GEAEM... – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, *Plantas do Convento de S. Francisco de Moncorvo, projectada para Quartel do Batalhão de Caçadores n.º 3. Plantas da Capella de S. João em Moncorvo, projectada em Hospital Militar* [2653-2-23A-33], s/d [foto do Autor (realizada em 12.07.1994)].
- GL 1757 – Gazeta de Lisboa, *Convento de S. Francisco da Torre de Moncorvo*, n.º 41, Lisboa, 13.10.1757, 335-336.
- Indústria 1883 – Resumo do Inquerito Industrial de 1881, Repartição de Estatística – Ministerio das Obras Publicas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- JOSÉ 1760 – JOSÉ, Fr. Pedro de Jesus Maria e, *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observancia do Serafim chagado S. Francisco*, Livro III, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa Impressor do Santo Officio, 1760, 301-357.
- LAMAS 1993 – LAMAS, José Manuel Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- MARKL ET ALLI 1986 – MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista, *O Renascimento*, in: História da Arte em Portugal, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- Planeamento 1979 – Direcção Geral de Planeamento Urbanístico, Plano de Ordenamento Territorial do Douro Superior, E.1 – Potencialidades Turísticas-Património Cultural, E.1 – 0.2 – Conjunto Urbano de Moncorvo – Núcleo “Renascença”, 1979.
- REBELO 1992 – REBELO, Pe. Joaquim M., *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, Escola Preparatória, 1992.
- REIS 1988 – REIS, António do Carmo, *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica – A época de Sua Magestade Imperial e Real D. Pedro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988.
- Revista 1848 – Revista Popular, *Vila de Torre de Moncorvo*, vol. I, n.º 15, Lisboa, 10.06.1848, 113-114.
- RODRIGUES 1908 – RODRIGUES, Miguel José, *José Henriques Pinheiro*, in: Ilustração Transmontana, 1.º ano, Porto, 1908.
- TEIXEIRA 1997 – TEIXEIRA, Vítor Rui Gomes, *Presença Franciscana na Região de Bragança-Miranda até ao Séc. XV*, in: Actas do Congresso Histórico Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda 450 anos da Fundação (1545-1995), Bragança, 1997, 671-683.